

Resenha¹

RAPCHAN, Eliane Sebeika. *Somos todos primatas, e o que a Antropologia tem a ver com isso?* Curitiba: Apris, 2019.

Andréa Osório*¹

Eliane Sebeika Rapchan é pioneira em estudos antropológicos na área de relações humano-animal no Brasil, publicando sobre o tema em periódicos nacionais desde 2005. Essa é a primeira obra que resume algumas de suas ponderações principais em um único volume, muitas delas desenvolvidas em parceria com Walter Neves, coautor relativamente constante em sua trajetória. Ao longo desses mais de dez anos, a autora tem se dedicado a pensar pontos de contato e inflexão entre humanos e primatas superiores, sobretudo chimpanzés, embora tenha igualmente desenvolvido reflexões sobre outros primatas, estabelecendo a ordem como privilegiada em sua escrita. Sua reflexão anterior mais famosa talvez seja “Chimpanzés não amam! Em defesa do significado” (RAPCHAN, 2005), uma resposta direta ao longo ensaio de uma das mais importantes antropólogas brasileiras, Eunice Durham (2003), “Chimpanzés também amam: a linguagem das emoções na ordem dos primatas”, ambos publicados na Revista de Antropologia da USP, um dos mais importantes periódicos nacionais da área.

Em “Somos todos primatas, e o que a Antropologia tem a ver com isso?”, seu público-alvo não são os próprios antropólogos ou mesmo os biólogos, etólogos, primatólogos, mas todos aqueles interessados em compreender as correlações entre o *Homo sapiens* e seus parentes animais mais diretos, e as consequências dessas correlações para a Antropologia. Afastando-se de qualquer tipo de determinismo, seja biológico ou cultural, a autora leva o conhecimento biológico a sério, como uma ciência capaz de nos oferecer respostas, junto à paleoantropologia, entre outras, tanto quanto a própria Antropologia. Se o *Homo sapiens* é um animal, como bem sabemos, o que o aproxima e o que o afasta dos demais? A resposta ainda é, como tem sido desde o surgimento da ciência antropológica, a cultura, compreendida em termos de produção simbólica. Os animais são definidos, negativamente, como aqueles que não apresentam cultura. Mas é só isso, realmente, o que importa?

¹ Recebido em 13/05/2019. Aceito em 17/07/2019

*¹ Professora da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: andrea_osorio1@yahoo.com.br

Há um percurso que permite formular a questão fundamental, bem como um percurso que permite dar a resposta. Rapchan não se exime de confrontar esses trajetos, apontando como o fazer científico, tanto nas ciências humanas quanto nas ciências naturais, constituiu a possibilidade de que nos perguntemos isso e as formas pelas quais a resposta continua válida. E, para além das réplicas fáceis, paira o próprio título da obra: o que a Antropologia fará com isso? Não apenas a antropologia das relações humano-animal ou a antropologia da ciência, mas o que os antropólogos, como sujeitos que produzem e performam o conhecimento antropológico, farão com os dados que ela nos presenteia de forma tão generosa? O que faremos ao saber que chimpanzés detém linhagens, organização familiar, hierarquias, lutas por poder e dominação política, mas não são capazes de produção simbólica? O que faremos quando nossas definições corriqueiras de "sociedade" se adaptarem tão bem a certas espécies animais, mas o abismo da nossa definição antropológica de cultura ainda nos afastar? O que faremos frente às extinções em massa, aos perigos do aquecimento global, à mercantilização dos animais e da natureza no capitalismo tardio? O que faremos, como seres humanos?

Dizia Darwin (2009 [1859]) em "A origem das espécies" que a natureza não evolui por saltos: *natura non facit saltum*. O desenvolvimento lógico dessa prerrogativa teórica nos leva a duas possibilidades: primeira, algum outro animal deve ter desenvolvido proto-cultura; segunda, a teoria está equivocada e o salto é possível. Até o presente momento, como demonstra a autora, ambas as possibilidades convivem entre os especialistas, menos entre os antropólogos sociais e culturais, que resistem a incorporar problemas que parecem não lhes dizer respeito – mas dizem. A origem da cultura humana pode não nos esclarecer sobre o método etnográfico ou as organizações sociais contemporâneas, mas se ela não é parte do que nos interessa, não sei o que mais seria. Não se trata, em absoluto, de um retorno ao evolucionismo cultural, de uma guinada à antropologia física ou de uma absorção de campos normalmente alocados sob o guarda-chuva das ciências naturais. Ao contrário, como nos aponta a autora, trata-se justamente de quebrar essas "grandes divisões" latourianas (LATOURET, 1994), essas "purificações" que só fazem produzir mais "híbridos". Não é possível compreender a emergência do pensamento simbólico senão juntando conhecimento antropológico e ciência natural.

Em última instância, o elo perdido entre o humano e o macaco é um problema classificatório básico: natureza *versus* cultura, a oposição imortalizada por Lévi-Strauss (1982), sobre a qual alguns dos melhores cérebros têm se debruçado desde então. Mas existe, realmente, uma oposição? Rapchan joga no time daqueles que preferem observar uma continuidade. Eu sugeriria, sem nenhum medo, que Darwin jogaria em nosso time também, mas são apenas

conjecturas. Não só não precisamos operar “guerras de ciências”, como nos alerta Latour (1994), como tampouco devemos jogar fora a criança com a água do banho. O humano é definido pela sua produção simbólica, a que nada no universo animal se aproxima, mas isso não significa necessariamente que os animais não dizem respeito à Antropologia e nada têm a acrescentar às reflexões antropológicas, muito pelo contrário.

Noções utilitaristas tampouco têm espaço. O valor dos animais não é dado por sua capacidade de sentir dor (SINGER, 2010), pelo valor moral ou econômico que o capitalismo tardio lhes dá ou por nossos afetos e preferências. Cada espécie – e, no caso dos chimpanzés, cada grupo social – detém valor em si e é uma expressão única de vida que pode e deve ser respeitada enquanto tal, o que as pesquisas com chimpanzés apenas corroboram e instigam a tal percepção. O direito ocidental, que concedeu e tirou *habeas corpus* de indivíduos dessa espécie, parece não estar muito certo disso. De um modo geral, ainda está longe de reconhecer personalidade aos animais. Em parte, gostaria de sugerir, porque mercadorias não podem deter essa característica, e os direitos dos animais colocariam em cheque toda a agroindústria, por exemplo, em parte, porque a separação entre humanos e animais nos garante esse lugar privilegiado, em nossa ordem social, para explorar, brutalizar, mercantilizar e abusar da forma que a presente ordem econômica global achar necessária. O capitalismo, reflexão relativamente ausente na obra, é um pano de fundo a ser sempre considerado. Não é ele, evidentemente, que nos faz matar e consumir animais, mas, como ordem cultural, é fundamental para se compreender as formas como o fazemos hoje.

Referências bibliográficas:

DARWIN, C. 2009 [1859]. A origem das espécies. Leça da Palmeira: PlanetaVivo.

DURHAM, E. R. 2003. Chimpanzés também amam: a linguagem das emoções na ordem dos primatas. *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 1, pp. 85-154.

LATOUR, B. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

LÉVI-STRAUSS, C. 1982. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes.

RAPCHAN, E. S.; NEVES, W. A. 2005. Chimpanzés não amam! Em defesa do significado. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 2, pp.649-698.

SINGER, P. 2010. *Libertação animal*. São Paulo: Martins Fontes.